

Comunicação visual, panfletagem política e marca de governo: índices para compreender o cisalhamento do povo brasileiro

Fátima Aparecida dos Santos

Doutora; Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil
designerfatima2012@gmail.com

Resumo:

No artigo, um argumento foi construído a partir dos significados da palavra povo, elencados por Agamben, e do significado da palavra democracia, segundo Jacques Rancière. Considera-se que o povo contém em si uma cisão inicial. Trabalha-se com a hipótese de que, nos acontecimentos compreendidos entre as manifestações pré-Copa das Confederações, entre 2013 e setembro de 2016, ocorreram processos graduais de convocação, agrupamento e cisão do povo brasileiro. A cisão inicial foi potencializada até culminar na divisão física da Esplanada dos Ministérios, durante a sessão de admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff, pela Câmara dos Deputados Federais. Faz-se a análise semiótica de peças gráficas, diagramas políticos veiculados na televisão, *memes* na internet, panfletagem dos postes no Eixo Rodoviário Sul em Brasília e, por fim, da marca do governo interino de Michel Temer. Ao final, acredita-se que foi possível demonstrar que as comunicações visuais indiciam um processo de cisão do povo.

Palavras-chave:

Política no Brasil. Comunicação visual. Biopolítica. Povo. Democracia.

1 Introdução

Portanto, não se iluda comigo, leitor. Além de antropólogo sou um homem de fé e de partido. Faço política e faço ciência movido por razões éticas e por um fundo patriotismo. Não procure, aqui, análises isentas. Este é um livro que quer ser participante, que aspira a influir as pessoas, que aspira a ajudar o Brasil a encontrar-se a si mesmo (RIBEIRO, 1996, p. 16)¹.

¹ Frase de conclusão do prefácio com a qual Darcy Ribeiro abre o livro *O povo brasileiro*. Concluído em 1995, pouco tempo antes da sua morte. Trata-se de um dossiê antropológico sobre a formação do povo brasileiro, destrinchando questões como a mistura de raças e a “máquina de gastar gente” que sempre caracterizou o país. Contudo, o livro também é uma procissão de fé ao afirmar que, apesar de todos os conflitos, diferenças e expropriações, no Brasil, estaria a base para a criação de uma nação pronta para se abrir para o mundo às portas do século XXI.

O confuso cenário político brasileiro contemporâneo parece já ter tido todos os capítulos expostos, mas não está esgotado. Vive-se um momento de intensa saturação de notícias pela mídia. A esquizofrenia e a paranóia parecem dominar todos os cenários. Fantasmas antigos adormecidos, como a falta de liberdade de expressão e a ditadura vivida há trinta anos parecem ressurgir e, em meio a todas as questões implícitas e explícitas, existe uma quebra de confiança na política e nos meios de comunicação. Tal desconfiança constitui-se a partir de inúmeros fatos, não objetos deste artigo, que foram apresentados de forma enviesada, desmentidos posteriormente pelos próprios envolvidos ou, não foram raras às vezes, em que a confrontação de informações veiculadas divergiam substancialmente. Neste contexto, saber ler o ambiente no qual se vive e analisar os signos presentes no espaço urbano e na internet são ferramentas fundamentais para compreender os confrontos atuais.

Até o ano de 2013, o Brasil estava finalmente encontrando seu lugar no mundo. O *slogan* 'o país do futuro' parecia ter cumprido sua promessa. Naquele momento, segundo o artigo publicado pela BBC Brasil (COSTAS, 2016), o Brasil havia subido quatro posições no *ranking* global das economias; melhorou seu IDH; combateu a pobreza absoluta; diminuiu 6,3 no Gini - índice de desigualdade; havia obtido melhorias discretas no PISA (Programa Internacional de Avaliação de alunos); avançou visivelmente em infraestrutura viária e aérea; entre outros. Além disso, entre 2013 e 2016, o país foi palco de grandes acontecimentos esportivos mundiais, recebendo a Copa das Confederações, a Copa do Mundo da FIFA e, por fim, os Jogos Olímpicos de verão.

Entretanto, a partir de junho de 2013, uma série de manifestações formada por muitos bandos (BEY, 2001, p. 23)² começaram a tomar conta dos noticiários. Inúmeros protestos cresciam, com motivos diversos: o aumento de 0,20 centavos no preço do ônibus na capital paulista; as reformas na cidade do Rio de Janeiro; a própria Copa do Mundo; e os processos ocorridos em função da construção de estrutura exigida pela FIFA. Em sua maioria, era impossível identificar o desejo dos protestantes. De repente, as ruas foram tomadas por uma multidão com um único desejo de protesto, mas com diversos motivos de insatisfação. Mascarados e incógnitos surgiram em canais do Youtube, Facebook e Twitter. As manifestações se diziam autoconvocadas e apartidárias.

² Em TAZ, Zona Automata Temporária, Hakim Bey (2001) define bando como uma oposição à família nuclear, o bando seria um grupo movido pela abundância, no caso das manifestações por algo incomum, mas possível de ser dissipado, assim que tal motivo se esgotar. O bando, neste caso, não é uma unidade permanente e, portanto, não carrega uma identidade comum.

O ano de 2014 congregou as eleições para deputados federais, senadores e presidente da república. E, mesmo com a perda da copa do mundo, a diminuição do superávit e a chegada da crise econômica mundial às portas do Brasil, Dilma Rousseff conseguiu reeleger-se. A partir daí, assistiu-se a uma espécie de linchamento midiático, no qual o sentido e a lógica pouco importavam. Tal linchamento envolveu os diversos meios de comunicação bem como a Internet, as redes sociais e até a cidade como potencial mídia *outdoor*.

De certo modo, as manifestações de 2013 abriram as portas para um modelo mais 'asséptico', organizado, uniformizado e identificado. Tal modelo em 2015, pós eleições para presidente, passou a ocupar as ruas, reivindicando o direito de não pagar as contas pela corrupção que naquele momento foi amplamente personificada na figura de Dilma Rousseff. Ao contrário das manifestações de 2013, as ocorridas a partir de 2015 ganharam a assinatura de organizações neoliberais, sendo o Movimento Brasil Livre e o Vem pra Rua os mais conhecidos deles. Começaram em São Paulo e no Rio de Janeiro e se espalharam pelas capitais do país. Os protestos convocados por tais organizações foram identificados pela mídia como a manifestação dos 'brasileiros' contra o governo, adotou-se a camisa amarela da seleção utilizada na Copa FIFA como uniforme oficial.

A confusão em definir tal movimento como sendo do povo ou de massa reside na distinção de tal grupo. O conjunto de faces e rostos em tal multidão nem de longe refletiu a diversidade étnica e social característica da população brasileira, divergindo em atitudes e identidade cultural.

As características físicas, étnicas e econômicas dos manifestantes são os índices iniciais para afirmar que não se tratava do povo na rua revoltado por uma ação do governo, tratava-se de uma parcela do povo, uma parte dele. Tal parte tomou de assalto os símbolos de representação do país: a bandeira nacional e, mais unânime do que ela, a camisa da seleção que nunca foi utilizada com orgulho pelas classes dominantes; ao contrário, a paixão pelo futebol sempre foi considerada como o 'ópio' das massas.

Muito já foi dito sobre tal processo de manipulação *na e pela* mídia brasileira. A exclusão de informações, o viés partidário do telejornalismo e dos jornais impressos³. No entanto, se tais veículos contam apenas um lado da história, existem índices que denunciam o modo como tal novela contemporânea foi construída. Assim, neste artigo, serão

³ Tal receita não é nova, Benjamin (2012) afirma que em 1846, Slavandy, ministro das colônias da França, propôs ao escritor Alexandre Dumas uma viagem à Tunísia, paga pelo governo francês, para fazer propaganda a favor da França diante do povo colonizado. Tal propaganda seria feita em formato de novela publicada no jornal da época.

apresentados alguns elementos para fundamentar tal hipótese: a panfletagem de postes na cidade de Brasília, capital do Brasil; os *memes* de internet; e a marca do governo interino. Parte-se da análise dos significados de termos como povo e democracia. Na sequência, realiza-se a análise do *corpus* selecionado. Tal análise denuncia, como veremos, mais do que a construção da deposição de uma presidente, mas o processo de exclusão de parte do povo brasileiro.

2 O povo brasileiro: apropriação de fissuras para a exclusão

Espera-se que as discussões conceituais em torno dos termos povo, democracia e vida permitam elucidar a divisão em curso e entendê-la como mecanismo cíclico adotado em vários momentos históricos.

O argumento em construção se dá em torno do conceito de povo e da importância da sua constituição e identidade como uma das sustentações possíveis para o que se chama hoje de Estado-Nação. Observa-se, ainda, como o termo democracia foi, aos poucos, deixando de significar o governo de todos; para ser o lugar das trocas capitalistas que reforçam a individualidade e coadunam com o modelo econômico atual.

Pode-se definir povo como comunidade humana caracterizada pela vontade dos indivíduos que a compõem de viver sob a mesma ordenação jurídica (ABBAGNANO, 2012). Pertencer a mesma localização geográfica ou a um determinado espaço não seria exigência para a existência de um povo, visto que a comunhão de interesses é a principal liga entre os seus indivíduos formadores. De certa forma, ao longo dos tempos, a palavra povo também significou plebe, massa, parte mais numerosa e menos remediada da população.

Sabe-se que o movimento de incluir e excluir, que caracteriza o povo como um todo e seus cisalhamentos, é o resultado de processamentos de informações, dos modos e meios de comunicação, dos reconhecimentos e negações. Entende-se, também, que todos esses movimentos conectam-se, na atualidade, ao movimento do capital, à disputa por territórios e às guerras silenciosas que ocorrem simultaneamente no mundo e gozam de certa invisibilidade.

Definir povo como algo polar e ambíguo, no qual reside um duplo extremo, significa dizer que, por definição, o povo contém em si um cisalhamento. O povo é um todo do qual se extrai o poder e do qual se expurga aquele que o regime da vez não consegue incluir.

De tempos em tempos bandeiras sangrentas da reação e insígnia incerta das revoluções e das frentes populares, o povo contém em todo caso uma cisão mais originária do que aquela amigo-inimigo, uma guerra civil incessante que o divide mais radicalmente do que todo conflito e, ao mesmo tempo, mantém unido e o constitui mais solidamente do que qualquer identidade (AGAMBEN, 2015, p. 38).

O mecanismo engendrado naquilo que é um povo opera como estrutura cambiante, uma vez que a parcela incluída e excluída é móvel. Assim, o movimento de inclusão e exclusão, além de móvel, gera também ilusões, dificultando a percepção dos indivíduos, especificamente em tempos de despolitização e alienação, da sua condição social e do seu pertencimento.

Se tal mecanismo é móvel, considera-se que, de tempos em tempos, se vive a ilusão ou se busca a utopia de um povo sem fratura, de um todo, capaz de defender a todo custo ideais comuns. É na busca desse ideal utópico que reside o combustível desenvolvimentista. Segundo Agamben (2015), a obsessão do desenvolvimento é tão eficaz no nosso tempo, porque coincide com o projeto biopolítico de produzir um povo sem fratura.

No caso do Brasil, a partir da redemocratização, se instituem, basicamente, dois grupos políticos: um que percebeu a necessidade de tirar da miséria um terço da população e viu isso como um fator de impulsão social e econômica para o país; e outro grupo que acredita não ter o que fazer com os miseráveis, enxerga-os com o velho estereótipo do caboclo sossegado, de vida fácil, parasita social que gera déficit econômico. Para o segundo grupo, o processo neoliberal daria conta de incluir os miseráveis que tivessem condições de acompanhar o desenvolvimento e o processo biológico de fazer desaparecer os indesejáveis. Assim, as propostas para o Brasil vivem um momento decisivo. A luta que se apresenta é aquela travada entre dois grupos: em um dos lados a coesão se dá pela inclusão de todos com um Estado possivelmente maior, assumindo aquilo que se espera dele: educação, seguridade social, saúde e políticas para a todos. No outro lado, espera-se que reste o povo 'legítimo' aquele capaz de sobreviver com o Estado mínimo. A partir daí, temos os pontos para entender como os ditos processos democráticos estão na atualidade favorecendo muito mais ao processo neoliberal do que aos governos progressistas.

Rancière (2015) define a democracia atual como geradora de adultos e adolescentes mimados que buscam a satisfação de seus pequenos desejos. Certamente que hoje a palavra democracia se faz na tradução, basicamente, do direito ao consumo ou a optar por um regime político e econômico que garanta a todos que podem consumir, não que todos, de

fato, vão. Para Rancière (2015), a crise da democracia atual reside no aumento irreversível das demandas que pressionam os governos. Podemos incluir como pressões os processos de corrupção e a pressão que o próprio capital faz para gerar a super acumulação em curso (HARVEY, 2004).

No caso do Brasil, o *slogan* gritado nas ruas pelo movimento elitista foi 'não vamos pagar o pato'. Tal grito significa que aquela classe não quer pagar mais impostos e, embora o movimento se dissesse contra a corrupção e a negação em pagar impostos que ao final seriam desviados, as frases individuais e o tipo de discurso que se estabeleceu no país, divulgado como necessário pela mídia, é o da redução do Estado naquilo em que ele é mais necessário: saúde, educação, seguridade social. E, pior do que isso, no direcionamento de recursos para empresários, em vez de para fortalecimento das instituições de modo geral.

A catástrofe é previsível, gerar exclusão é também tencionar pontos de violência, aumentando ainda mais as pressões sociais em curso. Quando a organização política de um país cede à pressão de um grupo de empresários, cujo poder é capaz até de gerar a deposição de um presidente, ela está no terreno dos indivíduos mimados e no declínio da política como ciência que media o espaço entre dois. A política deixa de se estabelecer como a arte de mediar a vida e passa a ser mais um agente que produzirá a super acumulação do capital.

Diante dos movimentos elencados acima, uma das discussões que chama atenção é a distinção entre as duas definições gregas para a palavra vida: *zoé* e *bios*, Agamben (2015) busca fundamentar esta distinção a partir da análise semântica e morfológica, sendo que o termo *zoé* designa a vida simples, a vida nua, comum a todos os animais e plantas, já o termo *bios* designa uma vida que não pode ser separada da sua forma ou do seu modo de viver. A vida humana é um jogo que se constitui no viver, no processo da vida, nas irritações, acoplamentos, comunhões e excomunhões diárias.

A discussão de ambiente e território permite relacionar o conceito de *bios* com a vida humana e, principalmente, com a política. Entendendo política como o espaço de negociação entre dois, aquilo que não é comum só a um, ou ao outro, mas entre dois, duas pessoas, dois grupos, dois países, duas comunidades. Tal mediação é imprescindível para considerar a felicidade das pessoas (BAUMAN, 2008; RANCIÈRE, 2015). Entretanto, a época atual caracteriza-se pelo fato de que toda potência de felicidade do humano tem sido negociada com o seu poder de comprar, ou o seu poder diante de pequenos luxos diários. As manifestações contra o governo Dilma Rousseff tiveram tal assinatura, tratavam-se de uma

parcela que saiu às ruas apavorada, porque talvez não se distinguiriam mais socialmente, afinal todos os luxos que outrora a identificavam, agora, seriam possíveis para uma parcela maior da população.

E de modo diferente mas análogo, hoje o projeto democrático-capitalista de eliminar, através do desenvolvimento, as classes pobres não só reproduz no seu interior o povo dos excluídos, mas transforma em vida nua todas as populações do terceiro mundo. Somente uma política que tiver sabido prestar contas da cisão biopolítica fundamental do Ocidente poderá deter essa oscilação e colocar um fim na guerra civil que divide os povos e as cidades da terra (AGAMBEN, 2015, p. 40).

A cisão constatada, na atual crise brasileira, reside antes de tudo em uma briga ideológica e identitária. Entretanto, ainda nos falta a capacidade de nos reconhecermos como latinos, brasileiros, multiétnicos e, até hoje, estamos longe de alcançar a utopia de um povo uno. Não temos ainda, nenhuma solução ética e política que substitua a constante exclusão e cisalhamento de um povo para gerar capital para um certo grupo. A divisão mundial, em primeiro e terceiro mundo, repete-se em ricos e pobres, intelectuais e leigos, governo e povo, poder e vida nua; apesar do enunciado suscitar a existência do segundo mundo, da classe média e dos mediadores. Sai-se da tríade, na qual, por princípio, há uma função de pele, uma zona de fronteira e uma tradução à luz de Lotman (1996), para um binário moderno e funcional, dentro ou fora, preto ou branco, pertencer e ser estrangeiro, e tal dinâmica denuncia as sucessivas divisões e confrontos que constituem, como já foi dito, as silenciosas guerras contemporâneas.

Tal polaridade pode ser aplicada ainda, além do conceito de povo, aos zoneamentos urbanos. Não se trata aqui das divisões geográficas ou das coordenadas de uma cidade, mas daquele espaço, no qual só pode circular uma parcela autorizada, compreendida como pertencente a certo grupo e, ao mesmo tempo, tal descrição de lugar revela os sucessivos processos de exclusão, visto que se há o lugar dos eleitos, existe também o lugar dos barrados, as multidões de gente que se formam diante das fronteiras geográficas ou econômicas. Entramos na definição de campo, como campo de concentração, em Agamben:

O que aconteceu nos campos supera de tal modo o conceito jurídico de crime que com frequência se omitiu simplesmente de considerar a estrutura específica jurídico-política na qual aqueles acontecimentos se produziram. O campo é somente o lugar no qual se realizou a mais absoluta *condicio in-humana* que já se deu sobre a terra: isso é, em última análise, aquilo que conta, para as vítimas e para seus *pósteros*... Em vez de deduzir a definição do campo dos eventos que se deram ali, iremos nos perguntar antes: *o que é um campo, qual é sua estrutura jurídica-política, por que acontecimentos semelhantes puderam ter tido lugar ali?* (AGAMBEN, 2015, p. 41, grifo nosso).

O campo é o espaço que se abre quando o estado de exceção começa a se tornar a regra. Nele o estado de exceção, que era essencialmente uma suspensão temporal do ordenamento, adquire uma ordem específica permanente que, como tal, fica, porém, constantemente fora do ordenamento normal (AGAMBEN, 2015, p. 43).

No segundo semestre de 2016 e nos primeiros meses de 2017, o governo interino e o congresso, cuja maioria dos membros está implicada em denúncias de crimes, passaram a votar modificações na Constituição Brasileira. É visível que tais leis fragilizam o povo e seus direitos conquistados desde 1945. Os sucessivos golpes de direitos que ocorrem no Brasil transformam, pouco a pouco, o país inteiro em estado de exceção, zona absoluta de indeterminação, desprovida da *bios* e de significados plausíveis presentes no ambiente, dos quais seria possível codificar elementos como identidade e pertencimento. O cenário é aquele mesmo de campo descrito por Agamben (2015), entretanto, o campo agora é pervasivo, ubíquo e movente.

O mecanismo de implementação da cisão se dá, principalmente, por meio de dispositivos midiáticos que implantaram o cisalhamento e, a partir dele, ocorreram as condições para romper com a frágil e superficial união do povo.

Identifica-se, no processo de cisão, o *modus operandis* de desprovimento de identidade que funciona como um mecanismo constante de retirada de direitos. Os acontecimentos políticos no Brasil, de 2013 a 2017, repetem o cisalhamento ocorrido em países como a Turquia, o Egito e a Ucrânia. A médio prazo, tal rolo compressor acumula organização e poder nas mãos dos países de primeiro mundo e condiciona o desaparecimento de toda e qualquer organização política e social fora deles. Isso significa dizer que, sem organização e unidade política, sem identidade, sem junção, todo o resto do mundo, todos os confins da terra estão sujeitos às não regras de um estado de exceção:

Mas também certas periferias das grandes cidades pós-industriais e as *gated communities* estadunidenses começam, hoje, a assemelhar-se nesse sentido, aos campos, nos quais a vida nua e a vida política entram, ao menos em determinados momentos, numa zona de absoluta indeterminação (AGAMBEN, 2015, p. 45).

3 Do mapa azul e vermelho do Brasil em 2014 à marca do governo interino de Michael Temer: índices de cisalhamento, campo e exclusão.

Conforme já foi elencado, o povo contém em si esta potência de cisão e o povo brasileiro não é uma exceção: colonizados versus colonizadores; o Sul e Sudeste versus o Norte e Nordeste; exportação de grãos versus milhares de famintos. Nenhuma dessas dicotomias teve a voracidade das construídas a partir da divulgação do mapa dos resultados das eleições de 2014.



Fonte: R7 (2014).

A alusão ao país dividido que precisava ser repactuado foi feita durante a divulgação dos resultados das eleições presidenciais pela emissora *Globo News*, canal de notícias pertencente ao grupo *Globo*, tal fala foi repetida diversas vezes também em outras emissoras sempre acompanhada do mapa da Figura 1.

Trata-se da representação de um país dividido, cujo Centro-Oeste, Sul e Sudeste teriam escolhido o candidato do PSDB (Partido Social Democracia Brasileira), Aécio Neves, e, o Norte e Nordeste teriam escolhido a candidata do PT (Partido dos Trabalhadores) Dilma Rousseff. A construção do discurso que se fez sob o mapa expressou, literalmente, uma guerra do sul (azul) contra o norte (vermelho). Entretanto, tal divisão pode ser considerada errônea e enganosa, uma vez que, em dois dos quatro Estados da região Sudeste, o Partido dos Trabalhadores foi o vencedor (Minas Gerais e Rio de Janeiro).

A falácia da possibilidade de divisão e atribuição da responsabilidade de vitória foi tão mal construída que não levou em conta se quer o fato das regiões Centro-oeste, Sul e

Sudeste do Brasil contemplarem mais eleitores do que as regiões Norte e Nordeste. E, se o mapa fosse de fato uma infografia⁴, informaria o resultado errado das eleições, já que os eleitores das regiões em cor azul somariam aproximadamente 66.007 milhões contra 61.460 milhões na cor vermelha (norte, nordeste, Minas Gerais e Rio de Janeiro) (BRASIL, 2014). Neste caso o mapa informaria a vitória de Aécio Neves⁵.

O uso de infográficos constituiu-se como uma ferramenta de representação muito utilizada na mídia televisiva brasileira. Tais pseudo infografias têm operado como um pastiche de apresentação de grandes números. Uma infografia, de fato, tem representações gráficas proporcionais aos valores numéricos, mescla a informação verbal e visual e, opera como um diagrama⁶, permitindo ao leitor/espectador acompanhar racionalmente as informações que se quer apresentar.

Rapidamente, surgiram os *memes* que propunham a divisão do país. Sobrepôs-se ao mapa todo tipo de preconceito e xingamentos inadmissíveis a qualquer tempo, mas que denotam os sinais do extremismo vivido.

Figura 2 - Mapa propondo a divisão do país em dois.



⁴ Um infográfico é um recurso gráfico que alia imagem e texto para permitir a compreensão de um fenômeno complexo por públicos específicos. Em geral, é usado para explicar o funcionamento de algo com fins didáticos, por isso os infográficos são comuns em livros escolares, manuais de aparelhos eletrônicos, guias e cartilhas (MARCONDES FILHO, 2009). Além disso, o infográfico, no jornalismo, é uma modalidade discursiva, a fim de atribuir valor de verdade a uma estatística que pode ser apreendida rapidamente por meio da linguagem verbo-visual.

⁵ A soma de eleitores apresentada neste artigo tem como fonte o Relatório das Eleições 2014 (BRASIL, 2014) e foi calculada, a partir do número de cada região no mês de outubro de 2014. As regiões Centro-Oeste, Sul e Sudestes foram somadas e, deste total, foi retirado o número de eleitores de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

⁶ Um diagrama pertence à classe dos hipóicones, grosso modo, podem ser divididos de acordo com o modo de Primeiridade de que participem “[...] representam relações diádicas, análogas as suas próprias partes.” (PEIRCE, 2003, p. 64).

Como pontua-se acima, a velocidade em gerar *memes* e com eles, preconceito e rivalidade ultrapassou a distorção da Infografia apresentada pela mídia (figura 1), ainda em que se pese sobre ela uma relativização total das informações, e gera distorções como a figura 2, na qual estados como Rio de Janeiro e Minas Gerais foram incluídos na conta dos que votaram contra o governo do PT e a favor do PSDB.

Figura 3 - Infográfico com explicação do resultado das eleições



Fonte: Conti (2014).

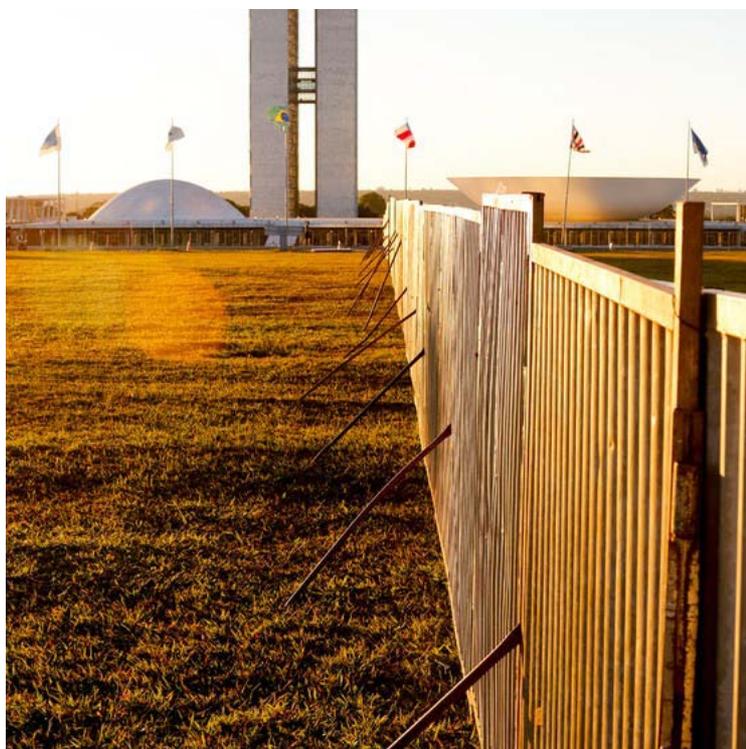
A figura 3, uma infografia de fato, mostra que nenhum estado votou completamente em um ou outro candidato e o erro da figura 1. Assim, o que se percebe é a presença de uma mescla de cores que ora tende ao azul, ora tende à cor vermelha. Na somatória de todas as regiões se vê sinalizada a vitória da candidatura PT.

A divisão do país sugerida na figura 1, decalcada na figura 2, de certo modo, vem sendo inflada. Ela foi admitida pelo Governo do Distrito Federal e manifestada fisicamente (figura 4), quando na ocasião da votação da admissibilidade do processo de *impeachment*, a Esplanada dos Ministérios foi dividida ao meio por um muro. O objetivo oficial da divisão era receber, sem virar palco de uma grande batalha, 'o povo que apoiava o *impeachment*' e os 'mínimos apoiadores' do governo da presidente Dilma Rousseff. Os manifestantes em defesa do mandato da presidente Dilma Rousseff foram posicionados ao norte da Esplanada,

e os manifestantes a favor do *impeachment* foram posicionados ao sul, tal divisão coincidiu com a apresentada na figura 1.

Quando o governo do Distrito Federal, alegando questão de segurança, dividiu a cidade em duas, ele repetiu o discurso verbo-visual do mapa da figura 1 e figura 2. Entretanto, tal divisão e tal mapa acabam por revelar um furo nas estratégias de manipulação de informação. Tais elementos denotam que, a despeito da divulgação massiva das manifestações contra a presidente e de nenhum das manifestações de apoio, não havia só o grupo que pedia pela renúncia ou *impeachment*, existia sim, um número, relativamente comparável, capaz de ocupar a mesma dimensão física, e que era contra as medidas que estavam sendo votadas. Tal inferência, a da comparação entre os grupos, só poderia ser dada pela dimensão física destinada a cada um na divisão do espaço, já que só um lado das manifestações foi televisionado. Ainda em tempo, não se viu em nenhum outro momento histórico tal divisão de espaço físico para grupos de manifestantes em Brasília.

Figura 4 - Muro dividindo a Esplanada dos Ministérios em Brasília



Fonte: Marques (2016).

Os signos do cisalhamento persistiram e continuaram aparecendo na cidade. Durante todo o processo do *impeachment* ou do golpe, os postes da cidade, especificamente

os do Eixo Rodoviário Sul, na cidade de Brasília, foram usados como suporte de panfletagem contra e a favor e, revelavam que não existia unanimidade em relação ao assunto.

A panfletagem dos postes foi, aos poucos, mostrando também parte da arquitetura da deposição da presidente. Ainda, em dezembro de 2015, quando o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, decidiu acatar a ação que pedia o *impeachment* da presidente, com base em crime de responsabilidade fiscal, os postes do Eixo Rodoviário Sul amanheceram tomados de panfletos nas cores laranja e azul que representam o partido solidariedade⁷. Os panfletos traziam a frase "tchau querida" e, apesar das cores, não tinham assinatura partidária.

Ao longo do ano de 2016, as mesmas posições nos postes do Eixo Rodoviário foram panfletadas diariamente, com frases contra o golpe e a favor do *impeachment*. Dia após dia, os postes eram panfletados com lambe lambes e, não obstante aos seus mais de cinco metros de altura, um grupo colava o cartaz exatamente sobre o cartaz do grupo que tinha panfletado na noite anterior. Os textos da panfletagem contra o golpe eram identificados com as cores branco e vermelha, assinatura cromática da esquerda, no mundo inteiro.

Os panfletos a favor do *impeachment*, por sua vez, foram mudando de cor. Passaram do laranja da solidariedade ao amarelo das manifestações da elite, até repousarem nas cores azul, amarelo e branco. Ao assimilarem-se as cores da bandeira do Brasil, mais uma vez, o grupo a favor do *impeachment* tomava para si a representação de um país inteiro, aquilo que representa simbolicamente o Brasil foi, a partir daquele momento, transformado na marca daquele grupo. Mais uma vez, os índices da divisão e cisalhamento se manifestavam, reforçados por comportamentos e com característica e dimensão das propagandas de guerra.

Voltando ao Eixo Rodoviário Sul, ao final do processo, os postes revelaram a assinatura da 'ação popular' admitida na câmara. A ação não havia sido iniciada por populares, como divulgado anteriormente, mas sim por uma dupla de advogados pagos pelo PSDB, o partido que perdeu as eleições. Enquanto as informações eram reveladas, a coloração da panfletagem dos postes também foi mudando e, ao final do processo, coincidiu com as cores do PSDB (azul, amarelo e branco, nesta ordem). Tal jogo cromático revela que, a princípio, quando não se sabia ainda do resultado das ações, ninguém com peso político assinava contra o mandato da presidente. Foi necessário um longo percurso de persuasão e

⁷ O partido solidariedade construído a partir do sindicato força trabalhista identifica-se como um partido de centro, e embora sua base sindicalista possa identificá-lo como esquerda, suas atitudes e deliberações neoliberais os posicionam como um partido centro-direita.

tenacidade midiática e, assim, com cenários mais definidos, as cores do PSDB coincidiram com as estampadas nos postes.

Figura 5 - Poste no Eixo Rodoviário Sul em Brasília



Fonte: Brasil Panfletado (2014).

Figura 6 - Temer Golpista: evolução dos panfletos contra o golpe



Fonte: Temer... (2014).

Até setembro de 2016, embora os dizeres do grupo pró-*impeachment* continuassem os mesmos (“tchau querida”), os panfletos contra o golpe evoluíram e, a cada dia, revelavam

mais uma face do que estava em curso no Brasil. Eles denunciavam as votações de projetos de alteração da constituição brasileira; a seletividade de denunciados da operação lava a jato⁸; e o pedido de eleições Diretas já.

Refletindo sobre a importância da panfletagem de postes fixados no Eixo Rodoviário Sul, há que se questionar o porquê de tal lugar merecer a dedicação de panfletagem cotidiana durante tanto tempo. O Eixo Rodoviário Sul é o caminho percorrido por quem vai do aeroporto à Esplanada e, provavelmente, a opção para congressistas que chegam à Brasília. Portanto, a fixação das propagandas neste lugar denota uma ecologia midiática. Cria-se uma estratégia de convencimento ou esclarecimento específico para o público desta via. Na linguagem publicitária, este ponto teria garantia de acertar o alvo, ou o *target*. Coadunam tal afirmação: o fato de que em nenhuma outra via ocorreu tanta incidência de panfletagem. Uma outra hipótese seria a de prestação de contas a este público.

A última peça a ser apresentada como índice de cisalhamento é a marca do governo interino de Michael Temer (figura7).

Figura 7 - Marca do Governo Federal Michel Temer



Fonte: Secretaria Especial de Comunicação da Presidência da República (BRASIL, 2016).

Assim como os manifestantes contra o governo de Dilma Rousseff eram constituídos por uma parcela da população com características visuais 'assépticas', de certo modo percebe-se exatamente a mesma assepsia presente na figura 7. A partir de uma análise cromática, tal assepsia revela a exclusão de cores que identificam o Brasil e, por conseguinte, as exclusões em curso feitas pelo próprio governo.

⁸ Nome da operação em curso no país que investiga o uso da máquina pública e empresas para enriquecimento pessoal de políticos e funcionários de alto escalão.

Muitos são os livros sobre psicodinâmica das cores que definem o azul como cor da segurança, sempre utilizado nas marcas de companhias seguradoras, empresas aéreas e bancos. Longe de tal análise estanque, o que incomoda na marca é exatamente a limpeza de informação, a quase exclusão das cores verde e amarela. Ora amarelo e verde são cores que identificam o Brasil no mundo todo, inclusive identificavam os manifestantes que apoiaram o *impeachment*. Então, a pergunta que se faz é: por que a marca do governo interino minimiza as cores símbolo do país?

Uma análise possível é a partir do fenômeno físico da complementaridade da cor. Tal fenômeno mostra que a observação de objetos e imagens com uma determinada cor gera a imagem mental, a ativação da sensação cromática da sua complementar. Ao se observar um quadrado verde, durante cerca de um minuto, e pousar os olhos sobre uma superfície branca, veremos uma figura um pouco etérea em vermelho. Desta forma, o verde presente na bandeira do Brasil gera uma complementar em vermelho. Já, ao observar o azul, se tem o amarelo como complementar; e, ao observar o amarelo, se tem o azul como complementar. Deste modo, pode-se inferir que a cor amarela, utilizada para identificar a elite nas manifestações, continua presente na marca do governo federal, já o verde foi retirado. A exclusão do verde que na bandeira representa romanticamente as florestas brasileiras é, também, a exclusão da esquerda, da luta e o apagamento do sangue que moldou e molda o país. Assim, a ausência do verde soma-se aos índices de cisalhamento e exclusão dentro do povo brasileiro.

5 Conclusão

Neste artigo, procura-se verificar como a definição de povo contém em si a potência de cisalhamento. Além disso, verifica como essa definição tem sido utilizada para criar um clima de segregação e ódio no Brasil, favorecendo a tomada de medidas de expropriação, legitimação de um golpe de governo e refletindo em uma tentativa de desmoralização e desmobilização do povo como um todo.

Inicia-se pela análise do mapa do resultado das eleições e dos discursos que se sobrepuseram a sua divulgação. Observa-se que o discurso da repactuação pós eleições se tratou do prenúncio de uma guerra difundida e incentivada. Tal provocação foi aceita pelos dois lados, e estabeleceu-se aí o início do acirramento.

No processo eleitoral brasileiro, adotou-se o segundo turno das eleições, para que um candidato passasse a governar com a maioria dos votos e, portanto, seria bem natural

que os resultados das eleições fossem uma disputa por dois, com resultados em porcentagem próximas. Entretanto, 1% de votos no Brasil significa, aproximadamente, um milhão de eleitores, votos suficiente para eleger cinco deputados federais e até um senador. Sendo assim, tal porcentagem não é desprezível.

A persistência da panfletagem a favor do *impeachment*, mesmo depois de finalizada a votação pelo senado e a presidente já ter saído de fato do governo, sinaliza que tal acirramento não acabou. A informação que se quer passar é a de que é preciso banir o partido dos trabalhadores e derrotá-los também nas próximas eleições. Por outro lado, a palavra 'tchau' nunca significou adeus, diz-se tchau em português para quem se verá novamente e adeus para aqueles que não se quer ou não se poderá ver nunca mais. Neste caso, a mensagem panfletada anuncia uma possibilidade de volta e alerta aos seus partidários e simpatizantes que é preciso continuar no combate.

Esse artigo procurou mostrar como o cisalhamento em curso no Brasil é uma potência do povo. Tal potência foi flagrada nas manifestações de 2013, captada em 2014, forjada em 2015 e finalizada em 2016, com a perda de mandato de Dilma Rousseff e a mudança de rumos do país.

Em um cenário de abundância, é possível contemplar cada um dos diversos bandos que formam o povo. Entretanto, foi necessário implementar a sensação de crise no Brasil, para que o fantasma da escassez começasse a gritar nos ouvidos da classe média. Para provocar a sensação de crise, o congresso brasileiro deixou de votar orçamento, cerceou a ação da presidente da república até que o país ficasse estagnado e, assim, construiu-se o cenário ideal para alardear uma crise econômica que teria sido causada pela corrupção.

Tal crise, além de servir de estopim para as manifestações da elite/classe média, também é a desculpa para o governo atual cortar direitos conquistados duramente, ao longo dos mais quinhentos anos de existência do país. Portanto, o que se assiste com olhos mais arregalados e corpo mais paralisado do que aquele diante a goleada de 7x1 sofrida pela seleção brasileira, na Copa de 2014, é uma avalanche retrograda de medidas de exclusão do povo brasileiro. Está aí o ingrediente substancial para aumentar, ainda mais, a favelização no país, a exclusão e as tensões sociais. Entretanto, como já afirmou Hannah Arendt (2007, p. 69), “a violência é a parteira da história” e, talvez, diante de tais fatos, será possível entender o povo, a democracia, a vida e a política. Compreender tais elementos permite projetar novas formas de vida e de governo que transformem a utopia do povo uno em realidade.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- AGAMBEN, Giorgio. **Meios sem fim: notas sobre política**. São Paulo: Autêntica, 2015.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **A arte da vida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um poeta lírico nell'erà del capitalismo avanzato**. Vicenza: Neri Pozza, 2012.
- BEY, Hakim. **TAZ: zona autônoma temporária**. São Paulo: Conrad, 2001.
- BRASIL PANFLETADO. **O Antagonista**, [S.l.], [2014?]. Fotografia de panfletagem em poste do Eixo Rodoviário Norte Sul em Brasília.
- BRASIL. Secretaria Especial de Comunicação da Presidência da República. **Manual do uso da marca do Governo Federal**. Brasília: SECOM, 2016.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Relatório das eleições 2014**. Brasília: TSE, 2014.
- CONTI, Thomas. Menos ódio por favor! Infografia interpretativa do resultado do segundo turno das eleições presidenciais de 2014. **Blog Thomas Conti**, Campinas, [2014].
- CORREIO24h. Deputado propõe separação de São Paulo e ex-secretário fala em construção de muro. **Correio24h**, Salvador, 27 out. 2014.
- COSTAS, Ruth. O legado dos 13 anos do PT no poder em seis indicadores internacionais. **BBC Brasil**, São Paulo, 13 maio 2016.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.
- LOTMAN, Iuri. **La semiosfera I: semiótica de la cultura y del texto**. Madrid: Catedra, 1996.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Dicionário da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2009.
- MARQUES, Lula. **[Fotografia de muro na Esplanada para votação do Impeachment]**. [S.l.]: Agência PT, 2016. no Senado.
- PEIRCE, Charles S. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva. 2003.
- R7. **Eleições 2014: apurações eleições 2º turno**. São Paulo: Grupo Record, 2014.
- RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TEMER Golpista: fotografia de panfletagem em poste de Brasília. **Tijolaço**, [S.l.], [2014?].

Visual communication, political pamphlet and government brand: indexes to understand the scission of Brazilian people

Abstract:

This article reflects on the meanings of the word people, listed by Agamben, and the meaning of the word democracy, based on Jacques Rancière ideas. We consider that people contain in themselves an initial scission idea. We work with the hypothesis that, in events between the pre-Confederations Cup events, in 2013, and the moment after the political coup, in September 2016, there were gradual processes of convocation, grouping and scission of the Brazilian people. The initial scission was potentialized, until it culminated in the physical division of the Brazilian Ministries Esplanade, during the admissibility session of Dilma Rousseff's impeachment by the Chamber of Deputies. We carried out a semiotic analysis of graphic pieces, political diagrams,, memes, distribution of pamphlets in Brasilia and, finally, of the brand of Michel Temer's interim government. In the end, it was possible to demonstrate that the visual communications indicate a process of scission of the Brazilian people.

Keywords:

Brazil. Visual communications. Biopolitics. People.

Recebido em 22/05/2017

Aceito em 23/08/2017